

1. Considere as disposições do código civil brasileiro sobre o nome empresarial e assinale a alternativa correta.

- a) A omissão da palavra “limitada” determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios, administradores ou não.
- b) A sociedade em comandita por ações é obrigada a adotar denominação como nome empresarial.
- c) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.
- d) Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.
- e) O nome empresarial pode, livremente, ser objeto de alienação em conjunto ou separado.

2. Acerca da empresa individual de responsabilidade limitada, considere:

- I. Seu titular não poderá figurar em outras empresas de mesma modalidade, nem participar, como sócio, de quaisquer sociedades empresárias.
- II. Seu nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "LTDA." após a firma ou a denominação social.
- III. Será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não poderá ser inferior a cem vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- IV. Poderá ser formada a partir da concentração das quotas de sociedade limitada num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- V. Sua personalidade jurídica confunde-se com a do seu titular, sendo incapaz de adquirir personalidade jurídica própria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I e V.
- c) II e V.
- d) I e IV.
- e) II e III.

3. Acerca do nome empresarial, é correto afirmar:

- a) O nome de sócio que vier a falecer pode ser conservado na firma social.
- b) É vedada a alienação do nome empresarial.
- c) A inscrição do nome empresarial somente será cancelada a requerimento do seu titular, mesmo quando cessado o exercício da atividade para que foi adotado.
- d) Independentemente de previsão contratual, o adquirente de estabelecimento, por ato entre vivos, pode usar o nome empresarial do alienante, precedido do seu próprio, com a qualificação de sucessor.
- e) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.

4. A respeito do nome empresarial e com base no Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), assinale a afirmativa correta:

- a) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final “limitada” ou a sua abreviatura.
- b) O empresário opera somente sob denominação constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada somente operará sob denominação, na qual poderão figurar também os nomes dos sócios de responsabilidade limitada, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.

d) A omissão da palavra “limitada” é irrelevante para determinar a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou denominação da sociedade.

5. Assinale a alternativa que contém afirmativa INCORRETA quanto ao regime jurídico do estabelecimento empresarial.

a) Em matéria de nome empresarial, não são exclusivas, para fins de proteção, palavras ou expressões que denotem termos técnicos, científicos, literários e artísticos do vernáculo nacional ou estrangeiro.

b) O princípio da veracidade garante, ao primeiro a registrar o nome empresarial, o direito de utilizá-lo, impedindo que terceiros o façam sem o seu consentimento.

c) A proteção ao nome empresarial decorre, automaticamente, do ato de inscrição de empresário ou do arquivamento de ato constitutivo de sociedade empresária, bem como de sua alteração nesse sentido, e circunscreve-se à unidade federativa de jurisdição da junta comercial que o tiver procedido.

d) Caso o estabelecimento empresarial venha a ser alienado, o adquirente pode utilizar o nome do alienante, observados os seguintes requisitos: o contrato deve permitir a utilização do nome do alienante pelo adquirente; o nome do alienante deve ser precedido do nome do adquirente; e deve constar a qualificação do adquirente na condição de sucessor do alienante.

6. No que diz respeito ao Direito Empresarial e ao estabelecimento e livros empresariais, assinale a alternativa que contém a afirmativa correta.

a) Não é possível excluir os bens incorpóreos utilizados pelo empresário na consecução de sua atividade da noção de estabelecimento empresarial.

b) Segundo a teoria dos “Perfis de Empresa”, desenvolvida pelo jurista italiano Alberto Asquini e amplamente difundida no Direito Brasileiro, a noção de empresa, analisada sob o prisma do chamado “Perfil Objetivo”, é identificada com a atividade empresarial propriamente dita.

c) A “Teoria dos Atos de Comércio” encontrou positivação expressa no Código Comercial Brasileiro de 1850.

d) A exibição total dos livros empresariais não é admitida, nem mesmo por determinação judicial, na análise de questões envolvendo administração ou gestão à conta de outrem.

7. Sobre alienação dos estabelecimentos empresariais, é correto afirmar:

a) exige que o alienante ceda, separada e individualmente, ao adquirente cada um dos contratos estipulados para a exploração do estabelecimento.

b) permite que o alienante se restabeleça de imediato se assim desejar, continuando a exploração da mesma atividade, caso não haja expressa vedação contratual no contrato de trespasse.

c) o contrato de alienação de estabelecimento produzirá efeitos imediatos entre as partes e perante terceiros, salvo se alienante e adquirente exercerem o mesmo ramo de atividades, quando a operação ficará na dependência da aprovação da autoridade de defesa da concorrência.

d) a alienação implica a responsabilidade do adquirente pelos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, sem prejuízo da obrigação solidária do devedor primitivo na forma da lei.

8. Relativamente ao estabelecimento empresarial, considere:

I. O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na Imprensa Oficial.

II. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, somente de modo expresse, em trinta dias a partir de sua notificação.

III. O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

IV. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos três anos subsequentes ao registro da transferência.

V. É legítima a penhora da sede do estabelecimento comercial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) II, III, IV e V.
- c) I, III e V.
- d) I, II, IV e V.
- e) I, III, IV e V.

9. Ricardo, empresário do ramo de móveis, alienou o seu estabelecimento para Alexandre, que ali deu continuidade à exploração da mesma atividade. No contrato de trespasse, foram regularmente contabilizadas todas as dívidas relativas ao estabelecimento, algumas delas já vencidas e outras por vencer. Nesse caso, Ricardo

- a) não responde pelas dívidas do estabelecimento, ainda que anteriores à sua transferência.
- b) responde com exclusividade por todas as dívidas do estabelecimento anteriores à sua transferência.
- c) responde com exclusividade apenas pelas dívidas já vencidas por ocasião da transferência do estabelecimento.
- d) responde solidariamente com Alexandre, durante determinado prazo, por todas as dívidas anteriores à transferência do estabelecimento
- e) responde solidariamente com Alexandre apenas pelas dívidas já vencidas por ocasião da transferência do estabelecimento.

10. No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

Dado o princípio constitucional de livre iniciativa, é permitido ao empresário iniciar suas atividades comerciais concomitantemente com o pedido de sua inscrição no registro público de empresas mercantis.

Certo Errado

11. Ainda com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Sociedade empresária poderá ser registrada tanto nos órgãos de registro de comércio quanto nos cartórios de títulos, devendo a sociedade simples ser obrigatoriamente registrada em cartório de registro de pessoas jurídicas.

Certo Errado

12. O registro nas Juntas Comerciais de contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz

- a) exige apenas autorização judicial, após a concordância do Ministério Público, mas em nenhuma hipótese seus bens ficarão sujeitos ao resultado da empresa.
- b) não é permitido, mesmo que esteja representado ou assistido, salvo se adquirir cotas, em razão de sucessão hereditária.
- c) exige que o capital social esteja totalmente integralizado.
- d) é permitido, bastando que esteja representado ou assistido.
- e) é permitido, desde que o respectivo instrumento seja firmado por quem o represente ou assista, devendo apenas constar a vedação do exercício da administração da sociedade por ele.

13. Com base no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pode-se beneficiar de tratamento diferenciado a micro ou pequena empresa

- a) constituída sob a forma de cooperativa de consumo.
- b) que participe de outra empresa ou que tenha a participação de outra.
- c) constituída como uma companhia fechada.
- d) caracterizada como sociedade de crédito imobiliário.
- e) cujo titular seja detentor de mais de 10% do capital de outra(s) empresa(s), contanto que a receita bruta de cada uma delas esteja dentro do limite de enquadramento como micro ou pequena empresa.

14. À luz da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, analise as seguintes proposições:

I - A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

II - Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, não respondendo solidariamente pela integralização do capital social.

III - Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.

IV - Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, observados os princípios da dupla qualidade e o da retribuição pessoal diferenciada.

V - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente a proposição V está incorreta.
- c) Somente a proposição II está incorreta.
- d) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão incorretas.

15. CASO CONCRETO: Bernardo pretende exercer a atividade de comércio de produtos alimentícios orgânicos. Para o exercício da referida atividade, Bernardo dispõe de R\$ 80.000,00 de capital social, e precisa do auxílio de 2 colaboradores. Além disso, estima um faturamento mensal de R\$ 10.000,00. Diante desse cenário, Bernardo consulta você sobre a possibilidade de exercer tal atividade como Microempreendedor Individual ou até mesmo constituindo uma EIRELI, questionando quais as características de cada uma das modalidades.

16. Em relação à incapacidade e proibição para o exercício da empresa, assinale a alternativa correta.

- A) Caso a pessoa proibida de exercer a atividade de empresário praticar tal atividade, deverá responder pelas obrigações contraídas, podendo até ser declarada falida.
- B) Aquele que tenha impedimento legal para ser empresário está impedido de ser sócio ou acionista de uma sociedade empresária;

- C) Entre as pessoas impedidas de exercer a empresa está o incapaz, que não poderá exercer tal atividade.
- D) Por se tratar de matéria de ordem pública e considerando que a continuação da empresa interessa a toda a sociedade, quer em razão da arrecadação de impostos, quer em razão da geração de empregos, caso a pessoa proibida de exercer a atividade empresarial o faça, poderá requerer a recuperação judicial.

17. CASO CONCRETO SEMANA 5: Ailton e Bruna querem constituir uma sociedade limitada para explorar o ramo de importação de carne de canguru. O contrato social foi devidamente celebrado pelos sócios que tiveram suas assinaturas reconhecidas pelo Cartório. Sabendo que ainda não levaram o contrato ao Registro Público de Empresas Mercantis, a Junta Comercial, responda as seguintes questões, JUSTIFICANDO cada uma:

- A) A sociedade entre Ailton e Bruna já existe? Sim, já existe pois já foi constituída, independentemente de ter sido ou não levada para ser registrada.
- B) Qual é o ato constitutivo da sociedade? São constituídas pelo Contrato Social, uma vez celebrado o contrato, a sociedade já estará devidamente constituída.
- C) As sociedades são pessoas jurídicas? Prevê o artigo 44, II do CC que são pessoas jurídicas de direito privado, as sociedades, todavia, apenas aquelas que efetuam sua inscrição no registro próprio (RPEM ou RCPJ) adquirem Personalidade Jurídica (art. 985 do CC).
- D) O tipo de sociedade entre Ailton e Bruna é uma sociedade limitada? Ainda não, pois não adquiriu Personalidade Jurídica, sendo certo que a Sociedade Limitada (1052-1087) apenas admite Sociedades Personificadas. O tipo correto será Sociedade em Comum (986-990), visto que se trata de Sociedade Não-Personificada.
- E) Em caso de dívidas da sociedade, existirá o benefício de ordem do artigo 1.024 do CC para esta sociedade? Por se tratar de Sociedade em Comum, as normas que as regem são as dos artigos 986 a 990 do CC, havendo expressa previsão do artigo 990 no sentido que se aplica SIM o Benefício de Ordem, sendo excluído deste benefício o sócio que contratou pela sociedade, ou seja, aquele que praticou o ato de gestão.

18. QUESTÃO OBJETIVA: Quanto à Teoria da Superação ou Desconsideração da Personalidade Jurídica, podemos afirmar que:

- (A) não é aceita em nosso direito;
- (B) é aceita e aplicável nos casos de responsabilidade penal e não aos de responsabilidade civil dos dirigentes;
- (C) tem aplicação restrita às relações de consumo;
- (D) não tem aplicação em sociedades contratuais;
- (E) foi desenvolvida pela jurisprudência e tem como pressuposto a fraude e o abuso de direito.

19. CASO CONCRETO SEMANA 6: Paula, sócia administradora de Nova Trento Serviços Automotivos Ltda., cujo capital encontra-se parcialmente integralizado, comunica aos demais sócios que pretende se afastar da administração e indicar sua mãe Maria para a administração. O sócio Dionísio consulta seu(sua) advogado(a) para saber a legalidade da indicação e eventual eleição, porque Maria não integra o quadro social. Na condição de advogado, diante da situação acima apresentada qual seria a sua recomendação? Fundamente a sua resposta? A resposta adequada para a presente questão é que a indicação é legal, desde que seja aprovada pela unanimidade dos sócios diante da não integralização do capital social.

20. QUESTÃO OBJETIVA: 1) (VUNESP/Juiz Substituto/TJ-RJ/2014) Na Sociedade Limitada:

- a) as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o número de sócios, independentemente de seu comparecimento em assembleia;
- b) o sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas anteriores à admissão;
- c) no silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão, inclusive quanto à oneração ou à venda de bens imóveis;
- d) são revogáveis os poderes do sócio investido na administração por cláusula expressa do contrato social, inclusive por justa causa, independentemente de reconhecimento judicial, desde que assim decida a maioria absoluta dos sócios;

21. (FGV/Auditor Fiscal/Prefeitura Cuiba-MT/2016) Em uma sociedade do tipo simples, constituída por prazo indeterminado, formada pelos sócios Rita, Antônio e José, o segundo sócio veio a falecer em decorrência de um acidente. Sabendo-se que o contrato é omissivo quanto à sucessão por morte do sócio, assinale a afirmativa correta:

a) Diante da morte do sócio Antônio, a sociedade terá continuidade com seu sucessor, em razão da ausência de disposição contratual em sentido contrário;

b) A sociedade deverá proceder à liquidação da quota titularizada por Antônio, não podendo haver acordo dos sócios com os herdeiros para substituição do sócio falecido; c) A sociedade poderá permanecer em atividade com os sócios remanescentes por até 180 dias, contados da data do óbito, prazo para que seja substituído o sócio falecido, sob pena de dissolução de pleno direito; d) A sociedade será dissolvida de pleno direito com a morte do sócio, em razão de sua natureza personalista (intuitu personae), da quebra de affectio societatis e da omissão no contrato assegurando sua continuidade; e) A morte de qualquer sócio enseja a resolução da sociedade em relação ao de cujus, operando-se sua dissolução parcial e apuração de haveres com base no balanço patrimonial especial à data da resolução (balanço de determinação).

22. CASO CONCRETO SEMANA 2: Um dos sócios de certa sociedade em comum ajuizou ação de execução contra Filarmônica Instrumentos Musicais Ltda., em razão do inadimplemento de várias obrigações. No curso do processo, o exequente constatou a confusão patrimonial entre os bens da pessoa jurídica devedora e de seus três sócios, razão pela qual pretende requerer ao juízo competente a desconsideração da personalidade jurídica de Filarmônica Instrumentos Musicais Ltda. Em decorrência deste fato hipotético, existe a razão apontada é suficiente para provocar a desconsideração da personalidade jurídica de Filarmônica Instrumentos Musicais Ltda.? Resposta afirmativa ao questionamento, conforme o art. 50 do Código Civil.

23. QUESTÃO OBJETIVA: 1) A desconsideração da pessoa jurídica

- a) será configurada apenas com a insolvência do ente coletivo, sem outras considerações;
- b) não ocorre no direito brasileiro, dada a separação patrimonial entre pessoas físicas e jurídicas;
- c) restringe-se às relações consumeristas;
- d) implicará responsabilização pessoal, direta, do sócio por obrigação original da empresa, em caso de fraude ou abuso, caracterizando desvio de finalidade ou confusão patrimonial;
- e) prescinde de fraude para sua caracterização, bastando a impossibilidade de a pessoa jurídica adimplir as obrigações assumidas;

24. (FUNCAB/2016/Delegado Polícia Civil/PA) Com relação às sociedades e à responsabilidade dos sócios, assinale a alternativa correta.

- a) Na sociedade limitada, os condôminos de quota indivisa não respondem solidariamente pelas prestações necessárias à sua integralização;
- b) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, assim com o a responsabilidade pela integralização do capital social;
- c) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais;
- d) O sócio admitido em sociedade já constituída não responde pelas dívidas sociais anteriores à sua admissão;
- e) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária apenas dos administradores que a realizarem.